

UMA DÉCADA DE ECONOMIA BRASILEIRA: 1964-1974

MARTUS A.R. TAVARES*

RESUMO

Análise da economia brasileira na década de 1964-1974. Esse período foi dividido em duas partes. Na primeira parte, aborda-se o período chamado de "imaginação reformista", que vai de 64 a 67, e analisa-se as idéias que permearam as reformas institucionais estabelecidas nesses anos. Na segunda parte, analisa-se rapidamente o período chamado de "milagre brasileiro", de 68 a 74, sobre o qual existe vasta literatura. Tentativa de interpretação crítica do modelo de desenvolvimento implantado a partir da segunda metade da década de 50.

I. INTRODUÇÃO

Este ensaio tem por objetivo discorrer sobre a literatura que trata da evolução recente da economia brasileira (1964-1974) e ao mesmo tempo emitir algumas opiniões a respeito da mesma.

Dividiu-se o período estudado em duas partes: a primeira, aborda o conhecido período de "imaginação reformista", que vai de 64/67, sendo colocadas e analisadas as idéias que permearam as reformas institucionais estabelecidas nestes anos. A segunda, analisa rapidamente o período do famigerado "milagre brasileiro", ou seja, o período de 68/74 que possui hoje uma vasta literatura a respeito.

Assim, de uma forma pouco sistemática vão sendo colocados os fatos numa ordem mais ou menos cronológica e tenta-se dar interpretação crítica ao modelo de desenvolvimento implantado desde a segunda metade da década de 50.

2. FINAL DOS ANOS 50'S E A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 60'S

A partir de 1956, com a implantação do Plano de Metas que englobava cerca de um quarto da produção nacional (LAFER⁽³⁾) e representava a materialização do esgotamento do processo de substituição de importações, de acordo com o conceito cepalino, o Brasil vive a primeira grande abertura ao capital estrangeiro sob a forma de investimen-

tos diretos.

Assim, o País experimenta elevadas taxas de crescimento do produto caracterizando uma fase de expansão do ciclo econômico que é liderado pelos setores de bens de produção e de consumo durável, onde, desta forma, se internaliza a produção destes setores e se internacionaliza a produção e consumo da sociedade brasileira.

Acrescente-se, ainda, que a internalização departamental, ou seja, a "constituição integral das bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital" (Belluzzo, 1977) traz consigo uma alta concentração tecnológica e implanta-se indústrias de natureza, desde logo, oligopolizada, dado o tamanho de mercado interno e sua indivisibilidade técnica. Estas, então, seriam as grandes transformações porque passa a estrutura industrial brasileira, tanto a nível de mercado como de produção, e que, como dissemos, tem consequências diretas e indiretas sobre o comportamento e composição de toda a sociedade.

É patente, no período do Plano de Metas (1956/61), o crescimento da participação do Estado, tanto em atividades produtivas, diretamente, através do setor produtivo estatal (SPE), como pelas atividades de expansão da infra-estrutura social básica (industrial-urbana) necessária à consecução do plano. Isto ocorre a despeito do quase monopólio da direção dos investimentos institucionalizado pelo próprio planejamento, embora os Grupos Executivos, criados pelo plano, fossem compostos de mem-

bros das classes industriais, representando, assim, parte do pacto político criado.

Passada a fase de euforia, os anos que se seguem ao plano apresentam perspectivas pouco favoráveis, com os índices de preços crescendo à taxa comprometedor, o balanço de pagamentos com déficit estrutural, taxas cambiais supervalorizadas, déficits orçamentários crônicos, tudo isso devido, principalmente, ao modo de financiamento utilizado no período anterior.

Acreditamos, portanto, que dadas as formas de implementação do Plano de Metas, de um lado, acelerada taxa de crescimento num curto período, de outro, as formas de financiamento utilizadas, a crise do início dos 60's seria inexorável, ou seja, na verdade não se poderia esperar outros frutos a partir do que tinha sido plantado.

Assim, à crise econômica se acrescenta a crise política e institucional onde toma lugar mais de uma forma de governo, mas que, ao nível do discurso, se aproximam da forma populista, tão presente na sociedade desde a década de 30. Paralelamente às forças populista do governo existia a corrente nacionalista (contra o entreguismo) que tratava de defender o País das formas imperialistas de exploração. É, então, neste clima de instabilidade civil que os militares justificam sua intervenção, com a Revolução de 31 de março.

3. DIAGNÓSTICO DA CRISE

Neste contexto se instala o governo

* Departamento de Economia - CESA/UUEL.

militar sob a égide do binômio “segurança-desenvolvimento” e se elabora alguns planos de trabalho, dos quais passaremos a analisar o primeiro deles, qual seja, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para o período de 1964/66.

É fundamentalmente importante se ter em mente que os técnicos do PAEG identificam como causa máxima de todo o caos econômico, o recrudescimento do processo inflacionário que naquela ocasião atingia seu ponto mais elevado (acima de 90%). Dizendo de outra forma, dentre as distorções causadas pela expansão do período anterior, o processo inflacionário crescente é tido como principal responsável pela estagnação. Levando-se em consideração seus efeitos negativos sobre o sistema, por um lado, através do próprio aumento dos preços, gerando insatisfação das famílias, principalmente daquelas de renda baixa e fixa, implicando no surgimento de tensões sociais; por outro lado, através da desestabilização do sistema de preços que cria um estado de insegurança, expectativas desfavoráveis e instabilidade política atuando diretamente sobre a decisão de investir dos empresários.

Desta forma, o PAEG coloca como seu objetivo principal a eliminação do processo inflacionário, e implícito fica, portanto, que para seus técnicos, não poderia haver desenvolvimento enquanto permanecesse a inflação naqueles níveis tão elevados. Embora que ao nível da retórica se prevesse taxas de crescimento de 6% aa. durante a sua execução, logo de saída se reconhece a impossibilidade de atingir este objetivo.

Ademais da identificação do problema, a inflação, tenta-se, no segundo instante, reconhecer suas fontes primárias e com isso elaborar as estratégias de combate. Assim é diagnosticado, e este, acreditamos, ser o ponto crucial, que a inflação de 90% aa. não se poderia explicar por causas não monetárias. Surge, então, a partir deste diagnóstico, todas as medidas de combate à inflação e vendo as causas monetárias como as principais responsáveis.

Em resumo, existia um consenso de que, primeiro, a inflação era, naquele momento, a responsável primeira pela crise; segundo, a inflação era de demanda e a causa era monetária, ou seja, criava-se via instrumentos monetários uma demanda elevada que pressionava a oferta, de baixa elasticidade, assim, os preços respondiam melhor aos estímulo-

los de demanda que as quantidades.

O primeiro ponto é perfeitamente aceitável, entretanto, o segundo é inteiramente incompleto, é olhar somente para um dos lados, é negar ou rejeitar o lado da produção de mercadorias. Desta forma, acreditamos que de posse deste diagnóstico os planejadores achavam perfeitamente justificável a recessão econômica, pois, como já dissemos, ela representaria a forma única de se retomar o crescimento, uma vez que este era incompatível na presença de um processo de recrudescimento da inflação.

Aqui, três pontos devem ser reparados, primeiro, não desconsideramos os efeitos da expansão dos meios de pagamentos e do crédito sobre os preços, mas sim, acreditamos ser incompleta uma análise estritamente monetarista do processo inflacionário de uma economia que não possuía um mercado de capitais organizado, com uma estrutura industrial, desde o início, oligopolizada, e com um setor primário totalmente “descapitalizado” — num sentido lato de baixa produtividade e de relações de produção, predominantemente, pré-capitalista; segundo, existem autores que não acreditam na existência de excesso de demanda agregada, não se justificando, assim, toda a austeridade política de corte de demanda, (FISHLOW⁽²⁾) terceiro, existem aqueles que defendem “que a solução para a crise exigia o rompimento do impasse político: ou se aplicava consequentemente um programa anti-inflacionário de fundo monetarista, com sacrifício transitório do nível de emprego, ou se impunham medidas cada vez mais amplas de contenção dos preços, que implicavam, a médio prazo, num aumento ponderável do controle da economia pelo Estado”. (SINGER⁽⁶⁾). Estes pontos serão posteriormente revistos quando estivermos estudando as políticas adotadas pelo PAEG.

4. AS REFORMAS

O PAEG tentou analisar as causas básicas da crise, que eram obstáculos para o crescimento da economia e, ao mesmo tempo, formular políticas econômicas afim de eliminá-las. Neste contexto e tendo em vista o diagnóstico dado, inicia-se todo um processo de reconstrução do quadro institucional, que se tornara insuficiente, afim de revalidar o sistema de preços, onde, aqui, foge completamente às regras do “laissez-faire” e obedece tão interinamente aos interesses da acumulação de capital.

Assim, as grandes reformas são no

sentido de eliminar as falhas institucionais e é nesse sentido que se realiza todo um esforço de “imaginação reformista”. Faz-se, então, reforma do sistema de financiamento do déficit do tesouro, através da reforma fiscal e emissão de títulos, ORTN; define-se o papel das novas entidades monetárias com a criação do Banco Central e Conselho Monetário Nacional; ampla reforma do mercado de capitais, com criação de novas instituições e suas especializações. Paralelamente, redefini-se a orientação das políticas econômicas: salarial, cambial, fiscal e monetária, e amplia-se o raio de manobra do Estado nas decisões de investimentos, tanto diretamente através dos investimentos tradicionais e de suas empresas (SPE), como indiretamente, através do sistema de preços redefinido.

A crise das formas de financiamento que se faz presente no início dos 60's leva os planejadores do PAEG a reformular todo o esquema de financiamento. Ora, ao mesmo tempo que se tinha déficit orçamentário do lado interno, as fontes externas ou os recursos externos estavam política e economicamente sendo expulsos. Soma-se a isso o fato de que o setor industrial privado carecia de financiamento e este também não era possível ser conseguido internamente, pois, dado o processo inflacionário, todo o sistema bancário tornara-se insuficiente para este atendimento, visto os prazos que poderiam trabalhar, onde favorecia os tomadores mas não estimulavam os emprestadores.

A forma mais criativa encontrada pelo governo para resolver parte das distorções causada pela inflação, a ilusão monetária e, ao mesmo tempo, tornar viável o sistema de financiamento foi a correção monetária. Aqui, acreditamos, ter sido o primeiro ponto importante atacado no caminho da reorganização institucional. Inicialmente a indexação teve sua aplicação limitada a determinados contratos e sendo gradativamente ampliada, mas observando-se sempre o risco da aplicação indiscriminada que tornaria seus efeitos exatamente contrários aos que se pretendia efetivamente. Assim, com o advento da correção monetária elimina-se certas ilusões monetárias e cria-se expectativas mais realistas que numa certa medida são favoráveis à recuperação econômica.

O PAEG reformula a forma de financiamento do déficit do tesouro, primeiro, com uma reforma fiscal que introduz novos impostos dentro de uma nova estrutura tributária mais realista; segun-

do, através da emissão de títulos da dívida pública, ORTN. Esta nova forma de financiamento joga dois papéis, por um lado, é não inflacionária, principalmente comparada com a forma anterior de emissão de papel-moeda; por outro, elimina o déficit orçamentário, embora, tenha criado, inclusive cumulativamente, uma dívida pública.

Para sanear a crise de liquidez das empresas o governo reestrutura o insuficiente mercado de capitais, todo ele viabilizado pelo instituto da correção monetária e orientado centralmente por uma nova Autoridade Monetária, o Banco Central, que intermedia, também, os empréstimos em moeda estrangeira. Assim, se cria diversas instituições e inclusive para operarem em suas respectivas áreas de especialização. Aparece, então, em cena as financeiras atuando, principalmente, junto às famílias; os bancos comerciais se desenvolvem em crédito geral e especializado, mas trabalhando com prazos restritos. São criados os bancos de investimento para atuarem na esfera dos financiamentos de prazos longos, investimentos pesados. O BNDE finalmente entra efetivamente em operação de financiamento (amplia-se, posteriormente, de forma considerável através do PIS/PASEP) especializando-se em investimentos industriais, com ênfase às empresas nacionais.

Ao lado de tudo isso é criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que é, até agora, viabilizado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS-1964), o maior fundo de poupança compulsória do país, e que se constitui, ao nosso ver, a maior contribuição da "imaginação reformista" pelo grau de originalidade. Este sistema, gerenciado pelo BNH e auxiliado pelas Cia. de Crédito Imobiliário e Corretoras é também viabilizado por poupanças voluntárias que são captadas através das Cadernetas de Poupança, onde tem a Caixa Econômica Federal como principal agente. O propósito principal deste sistema é a solução do problema da moradia, tendo assim, todo um efeito positivo sobre a indústria da construção civil.

Junta-se às essas reformas todo um conjunto de medidas de política econômica que tenta de várias maneiras ser pelo menos coerentes e integradas, e assim, articulam-se mutuamente as políticas salarial, cambial e monetária, através da taxa de inflação. Ao mesmo tempo, cria uma vasta gama de incentivos, tanto de nível setorial como regional, e de outro lado é seguida uma polí-

tica tarifária que se diz realista, ajustando os preços dos serviços industriais de utilidade pública e produtos de empresas estatais, seguindo-se toda uma onda de inflação corretiva.

Todo esse conjunto de reforma teve por fim a reorganização do sistema caótico do início dos 60's, reestabelecendo o sistema de preços, controlando, através de vários instrumentos, as decisões de investir e disciplinando os gastos público, tudo isso contribuindo para o desenvolvimento posterior e, ainda assim, são necessários certos acertos e ampliações em torno das instituições criadas, mas todas com a mesma ênfase de permitir a continuidade do processo de acumulação de capital.

5. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Nesta seção tentaremos dar alguma contribuição crítica à "imaginação reformista", mas tendo em vista que a maioria delas já foram abordadas, de alguma forma, pelos diversos críticos da economia brasileira. Desde logo, é mister esclarecer que as medidas de política econômica do PAEG foram no mínimo necessárias ao desenvolvimento posterior. Isto, no entanto, não invalida a possibilidade de fazermos algumas críticas ao plano nem tampouco reconhecer que certos autores (Fishlow) dão uma importância menor às suas reformas e atribuem à política heterodoxa pós 67 a grande responsabilidade pelo milagre.

A nível geral nos encontramos com um ponto controverso sobre o paradigma teórico implícito no PAEG. Este se refere ao binômio poupança-mercado, que SIMONSEN⁽⁵⁾ defende como a fórmula mágica da retomada e perpetuação do crescimento. Os opositores teóricos, tal como TAVARES⁽⁸⁾, argumenta que a falta de poupança é uma falsa questão e recorrem às explicações Keynesianas e Kalekianas para justificarem-se. Acreditamos, no entanto, que talvez não exista o problema da poupança quando se pensa no seu volume, pois este é decorrente, mas sim na efetivação da mesma, este sim é o problema relevante. A discussão deste tema, entretanto, envolve todo um estudo teórico aprofundado e que, talvez, ainda assim não resolva esta controvérsia, fugindo, portanto, inteiramente ao âmbito do presente trabalho.

A utilização do sistema de correção monetária desde 1964 e o Conselho Interministerial de Preços (CIP) a partir de 1967, que tiveram importante

papel no período de recuperação e expansão, são hoje instrumentos pouco eficientes, assim como todo mecanismo de controle dos níveis e dos reajustes de preços, pois os mesmos se caracterizam por serem instrumentos de política econômica cuja a aplicação deve se restringir a curto período de tempo, não podendo ter caráter permanente e devendo ser retirados gradativamente.

Um outro ponto crítico do plano se refere ao diagnóstico do processo de recrudescimento da inflação. Uma vez tendo sido diagnosticado como sendo de origem monetária, que se refletia através de pressões de demanda, isto implicou numa política de corte de demanda agregada, diretamente através da tributação; fórmula de aumento salarial; e do próprio controle sobre a emissão de meios de pagamentos e crédito. Isto, como já foi dito, só estava parcialmente correto mas seus efeitos foram imediatos sobre os níveis de renda e emprego, como pode ser visto nestes índices para 1965.

Desta forma, o governo vendo os efeitos depressivos de tais políticas, começa a atuar de forma diferente adotando o sistema de "stop and go" numa tentativa de acertar o passo da caminhada. Particularmente, no combate à inflação alguma coisa foi conseguida, mas na medida que ela não caiu a renda — não se tenta justificar, aqui, que a acumulação tenha sido viabilizada pelo arrocho salarial, embora este tenha sua importância — e sobre a distribuição intraclasses capitalista.

Esta segunda redistribuição se refere ao processo de centralização do capital que foi possibilitado pela: 1) crise de liquidez do sistema, provocada pela política de contenção de demanda e estímulos à poupança, embora parcialmente compensadas pela expansão do crédito; 2) pelo aumento da tributação e realismo tarifado, parcialmente compensado pelo arrocho salarial; 3) pelos aumentos da taxa real de juros no mercado financeiro, provocados pela instituição da segunda moeda, UPC. (a respeito das duas moedas no Brasil ver MOURA DA SILVA⁽⁴⁾).

A centralização do capital ocorrida no período 1964/67 se refere a todo o processo de falências e concordatas das pequenas e médias empresas nacionais. Este processo envolve ainda fusões, incorporações e compras daquelas empresas por outras de tamanho maior e pertencentes, na maior das vezes, a grupos econômicos que possuem também grande poder político.

Mas toda essa bancarrota resultante das políticas recessivas do PAEG teve também seus efeitos positivos sobre o processo de acumulação de capital, no que se refere à queima de capital excedente produzido na sobre-acumulação do período anterior, e condição "sine qua non" para a retomada do crescimento. (TAVARES⁽⁸⁾).

6. RUMO AO "BOOM"

Já foi dito, aqui, as medidas e reformas do PAEG foram no mínimo necessárias ao desenvolvimento do período, milagre, 1968/73. Isto, no entanto, não significa dizer que se não fosse a reorganização feita pelo PAEG o milagre não teria acontecido. Na realidade, o milagre dependeu daquelas políticas, porém, ele tem uma correlação positiva, supostamente elevada, com o próprio capitalismo internacional, ou da economia mundial como um todo, se quiser. Assim, acreditamos, que o crescimento da economia nacional, no período 1968/73, se deveu à expansão da economia mundial e a intensidade deste crescimento foi possibilitada pelo nível de organização institucional vigente no país. Sendo, no entanto, difícil uma comprovação empírica para mostrar o grau de contribuição de cada um.

Desta forma, com a reorganização institucional, com a expansão da economia mundial, com a queima de capital excedente e a expansão do crédito, do financiamento e de outras fontes geradoras de demanda efetiva, obtemos a partir de 1968 a retomada do crescimento econômico possibilitada, no primeiro momento, pela utilização da capacidade ociosa.

Para TAVARES⁽⁸⁾ "a retomada do processo de acumulação de capital, em particular o crescimento do investimento produtivo, deve-se à fatores "exógenos" ao funcionamento corrente do sistema industrial". Parece crer, então, que a indústria mesmo integrada ao nível de departamentos e internalizadas as forças de propulsão foi incapaz de endogenamente (sistema industrial) se autocomandar, sendo, portanto, ao nosso ver, uma evidência da importância da reorganização institucional do sistema de preços, sinalizando o investimento.

Os incentivos fiscais que foram cria-

dos e expandidos tiveram um papel relevante nesta fase de crescimento. Isto pode ser visto, particularmente no setor exportador de manufaturas, onde se destacam as indústrias têxteis, vestuários e calçados. Estes incentivos possibilitaram, inclusive, a modernização em algumas indústrias tradicionais, que destinavam seus produtos às exportações. Estendendo-se, ainda, a outros setores como: reflorestamento, pesca e turismo e a nível regional atingindo norte e nordeste. Ressalta-se ainda os incentivos ao mercado de capital ampliando o mercado de ações e criando fundos de investimentos.

Ao par desses, outros incentivos são concedidos bem como ampliadas as formas de financiamento. O BNDE torna-se o grande agente da expansão da empresa nacional, gerindo os recursos do PIS/PASEP a partir de 1974; ampliam-se os créditos geral e especializado no sistema bancário e cria-se mecanismos de captação de recursos externos tanto na forma de empréstimos (Resolução 63; 4131; USAID, etc) como na forma de capital de risco, concedendo incentivos e segurança a estes capitais. (*)

Assim, a partir de 1966 a indústria da construção civil começa a receber fortes estímulos, tanto seu setor pesado, através dos aumentos dos gastos públicos tradicionais, possibilitados pela sua nova forma de financiamento; quanto o setor habitacional, como reflexo do funcionamento do SFH, criado desde 1964. A verdade tarifária reanima os setores ligados aos serviços industriais de utilidade pública, em especial, o de material elétrico e construção civil (TAVARES⁽⁸⁾).

Paralelamente, tem-se toda uma redistribuição "regressiva" da renda causada pela recessão do período anterior, soma-se a isso a expansão do financiamento do consumo, ampliando todo um segmento importante da indústria de transformação, bens de consumo durável.

Desta forma, o setor produtor de bens de capital retoma o "crescimento rápido", segue-se o setor produtor de bens de consumo durável, investimentos públicos e da construção, a partir daí inicia-se o processo de encadeamento das relações intersetoriais que estimula os demais setores da indústria. Quer dizer, então, que dado que o crescimen-

to do setor de bens de consumo não duráveis é função dos salários urbanos e emprego, este setor é o último a se expandir (TAVARES⁽⁸⁾).

Todo esse esquema acima resultou numa taxa média anual de crescimento do setor industrial como um todo de 13,2% para o período de 1968/73, onde a indústria de transformação liderou o processo com a taxa de 13,3%, seguido pelos serviços industriais de utilidade pública, 13,2%; indústria extrativa mineral, 11,8% e a indústria da construção, 10,9%. Analisando a indústria que liderou este processo, a indústria de transformação, observa-se que o setor de bens de consumo duráveis cresceu a uma taxa média anual de 23,6%, comandado por transporte e eletro eletrônico-doméstico; vindo posteriormente os setores de bens de capital, 18,1%; bens intermediários, 13,5% e bens de consumo não durável, 9,4%. (Dados de BONELLI & WERNECK⁽¹⁾).

Disto, agregando-se a esses alguns dados sobre o peso dos setores na indústria de transformação sai a conclusão de que o setor de bens de capital liderou o crescimento industrial do período 68/73. Mas analisando os efeitos de encadeamento de cada setor conclui-se que o setor dinâmico naquela período foi o setor produtor de bens de consumo duráveis.

Acreditamos que ambas as análises têm parte da verdade, na realidade, não são mutuamente exclusivas e muito pelo contrário. O conceito de liderança deveria e só teria sentido, ao nosso juízo, se levasse em conta a participação, taxa de crescimento e efeito "linkagem" ao mesmo tempo, simultaneamente. E neste ponto, sem uma matriz de coeficientes técnicos para o setor industrial a controvérsia sobre a liderança setorial deve permanecer.

7. CONCLUSÕES

O modelo de desenvolvimento instituído a partir da segunda metade da década de 50, voltado para a implantação do setor de bens de consumo durável e bens de capital, este último intensificado na década de 60, perdeu o fôlego com a crise do capitalismo internacional.

Ou seja, a reprodução desse padrão de acumulação liderado pelos setores

(*) Um tratamento mais devido ao mercado de capitais, intermediação financeira e capital estrangeiro. Foi desenvolvido pelo autor: "Reversão da Tendência: a Crise do Pós 1974" a ser publicado no próximo número de Semina.

de bens de consumo duráveis e bens de capital só foi possível a ritmo acelerado até 1973, quando estourou a crise do petróleo mudando toda a conjuntura internacional provocando dessaranhos institucionais tanto a nível externo, a Ordem Econômica Internacional, como interno, ruptura da base institucional criada no pós 64. Estes eventos em seus efeitos cumulativos vão englobando o econômico, político e o social, desembocando no estado atual da crise.(*)

(*) Uma análise mais apurada desta crise é feita pelo autor em "Reversão da Tendência: A Crise do Pós 1974", a ser publicado na próxima edição de Semina.

ABSTRACT

Analysis of the Brazilian economy in the decade 1964-1974, divided in two parts. In the first part, the ideas that permeated the institutional reforms established in the period which extends from '64 to '67 and accosts the era of "reformist imagination" are confronted and analyzed. In the second, the period from '68 to '74, called the "Brazilian miracle", and about which there is much literature, is rapidly analyzed. Attempt to critically interpret the model of development in operation since the second half of the decade of the '50s.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BONELLI, R. & WERNECK, D.F.F. *Desempenho industrial: auge e desvoceceleração nos Anos 70.* In: *INDUSTRIA: Política, instituições e desenvolvimento.* IPEA/INPES, 1978. (Série Monográfica, n. 28).
2. FISHLOW, A. *Some reflections on post 1964, brazilian economic policy.* In: STEPAN, A. ed. *3 Authoritarian Brazil.* New Haven, Yale U.P., 1973.
3. LAFER, B.M. *Planejamento no Brasil.* São Paulo, Perspectiva, 1975. 187p.
4. MOURA DA SILVA, A. *Evolução recente da economia brasileira.* São Paulo IPE-USP, 1979. 79p.
5. SIMONSEN, M.H. & CAMPOS, R. *A nova economia brasileira.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.
6. SINGER, P. *A Crise do milagre.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 167p.
7. TAVARES, M.C. *Da substituição e importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1974. 263p.
8. ----. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro 1978. Tese Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.